
REVISTA TAKA'A

SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DAS COMUNIDADES CHIQUITANO, RIKBAKTSÁ E PAITER-SURUI DE MATO GROSSO

SOCIOLINGUISTIC SITUATION OF THE CHIQUITANO, RIKBAKTSÁ, AND PAITER-SURUI COMMUNITIES OF MATO GROSSO

Elani dos Anjos Lobato

Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/Unemat)

<https://orcid.org/0000-0002-2310-262X>

elani.lobato@unemat.br

Mônica Cidele da Cruz

Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/Unemat)

<http://lattes.cnpq.br/5463487249345107>

monicacruz@unemat.br

Queila Ribas de Souza

Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/Unemat)

<http://lattes.cnpq.br/8921121504683688>

queila.ribas@unemat.br

Rebeca Ferreira Carvalho

Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/Unemat)

<http://lattes.cnpq.br/8720499733583769>

rebeca.ferreira@unemat.br

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada traz em seu corpus os dados referentes ao levantamento da situação linguística em que se encontram as línguas Bésiro, do povo Chiquitano, localizada na fronteira do Brasil com a Bolívia, na região de Cáceres, em Mato Grosso; Rikbaktsá do povo Rikbaktsá, habitantes do noroeste mato-grossense e a língua indígena de sinais Paiter-Surui, na divisa dos estados de Mato Grosso e Rondônia, com vistas na Década Internacional das Línguas Indígenas (2022 – 2032). O estudo parte de pontos importantes, baseados nos seguintes questionamentos: Como está a situação sociolinguística dos povos pesquisados, e que ações os povos estão desenvolvendo em prol de suas línguas maternas? A partir daí o objetivo é analisar a situação sociolinguística dos povos Chiquitano; Rikbaktsá e Paiter-Suruí, este último, em relação à língua de sinais. A pesquisa fundamenta-se nos aportes de estudiosos como Calvet (2007); Jahr (1992); Spolsky (2016); Hamel (2013); D'Angelis (2019); Silva (2025) e outros autores que discutem as dimensões sociopolíticas, ideológicas, culturais e históricas das políticas linguísticas e do planejamento linguístico. A metodologia é de abordagem quanti/qualitativa, balizada pelos diagnósticos sociolinguísticos referentes às línguas supracitadas. Os resultados são frutos da coleta de dados obtidos pela aplicação do questionário sociolinguístico e nas pesquisas secundárias, envolvendo dados de pesquisadores referentes aos povos Chiquitano, Rikbaktsá e Paiter-Suruí, com foco nas línguas indígenas, dos povos pesquisados.

Palavras-chave: Línguas Indígenas. Diagnóstico Sociolinguístico. Década Internacional das Línguas Indígenas.

ABSTRACT

The research presented here includes data on the linguistic situation of the indigenous Besiro languages spoken by the Chiquitano people, located on the border between Brazil and Bolivia, in the Cáceres region of Mato Grosso; Rikbaktsa of the Rikbaktsa people, inhabitants of northwestern Mato Grosso, and the indigenous Paiter Suruí Sign Language, on the border between the states of Mato Grosso and Rondônia, with a view to the International Decade of Indigenous Languages (2022–2032). The research is based on the following important questions: What is the sociolinguistic situation of the peoples studied? What actions are these peoples taking to promote their native languages? The objective of this study is to analyze the sociolinguistic situation of the Chiquitano and Rikbaktsa peoples and the Paiter Suruí Sign Language. The research is based on the contributions of scholars such as Calvet (2007); Haugen (1983); Fishman (1991); Jahr (1992); Spolsky (2004); Hamel (2013); Maher (2019); D'Angelis (2019) and other authors who discuss the sociopolitical, ideological, cultural, and historical dimensions of language policies and language planning. The methodology used is a quantitative/qualitative approach based on sociolinguistic diagnoses of the aforementioned languages. The results are the fruit of data collection obtained through the application of a sociolinguistic questionnaire and secondary research, involving data from researchers on the Chiquitano, Rikbaktsa and Paiter Suruí peoples, with a focus on the indigenous languages of the peoples studied.

Keywords: Indigenous Languages. Sociolinguistic Diagnosis. International Decade of Indigenous Languages.

Introdução

A escrita deste artigo discorre sobre três realidades distintas, mas que convergem para a temática indígena, ao se tratar das políticas linguísticas e do planejamento linguístico. A finalidade, portanto, é apresentar em que contexto real está o uso das línguas orais dos povos Chiquitano e Rikbaktsa em Mato Grosso, ambos com a língua filiadas ao tronco linguístico Macro-Jê e da língua de sinais do povo indígena Paiter-Suruí, filiado ao tronco linguístico Tupi Mondé, em Rondônia.

O caminho da pesquisa que foi percorrido nasceu de um recorte da pesquisa de doutoramento das pesquisadoras que são autoras deste trabalho. Este se formata pela necessidade de apresentar um produto na disciplina de Línguas Indígenas, do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, *Campus Jane Vanini*, na cidade de Cáceres.

A relação entre a perda da língua e as políticas linguísticas para a revitalização das línguas indígenas, sejam estas internas ou externas é um dos temas a serem abordados neste

estudo, cujo objetivo é analisar a situação sociolinguística dos povos Chiquitano, Rikbaktsa e Paiter-Suruí, este último, como já dito, em relação a língua de sinais.

A Década Internacional das línguas dos povos indígenas (2022 – 2032) vem impulsionar pesquisas, que se debruçam sobre essa temática, considerando, especialmente, os estudos voltados para as línguas em uso, para povos indígenas e as questões de políticas linguísticas voltadas para aquelas que estão em risco de extinção (Neto, 2022); (Unesco, 2020). Tais estudos investigativos são essenciais para o entendimento da situação sociolinguística das línguas em pauta, estimulando a adoção de políticas linguísticas e planejamento linguístico com vistas à revitalização das línguas em perigo de extinção.

A partir da década de 1970, até os dias atuais, houve um aumento significativo na produção de literatura sobre políticas linguísticas e planejamento linguístico, visando especificar e definir esses termos de forma mais objetiva dentro do campo da linguística (Rivas, 2015). Nesse contexto, seguimos a perspectiva de Hamel (2013), que identifica duas grandes áreas para classificar os modelos de política linguística existentes: as políticas linguísticas internas e as políticas linguísticas externas. No entanto, neste recorte iremos nos deter no intervalo de tempo de 1990 a 2010, considerando as três ondas das políticas linguísticas e do planejamento linguístico de (Silva, 2025).

O objetivo aqui é observar em que condição de uso se encontram as línguas dos povos alvos desta pesquisa, a partir da problemática: Como está a situação sociolinguística dos povos pesquisados, e que ações estes povos estão desenvolvendo em prol de suas línguas maternas?

O povo indígena Rikbaktsa, habitante do noroeste de Mato Grosso, tem seu território formado por três terras indígenas, localizadas nos municípios de Cotriguaçu, Juara e Brasnorte, totalizando uma área de 401. 382 hectares (Blanco 2006). Segundo Boswood (1973) e Rodrigues (1986), a língua Rikbaktsa é filiada ao tronco linguístico Macro-Jê. Para Lobato (2020), essa língua se encontra em perigo de desaparecer, devido aos poucos falantes e estes em sua maioria são anciões e anciãs. A pesquisa, nesse recorte, se deteve a TI Erikpaktsa, no município de Brasnorte, a qual segundo o Polo Base de Juína, ligado à Casa de Saúde Indígena – CASAI (2025), tem uma população de 1.343 pessoas.

Ainda em relação aos Rikbaktsa, os dados produzidos para a escrita deste trabalho foram coletados pela autora, junto a consultores nativos, em um exercício etnográfico (Paiva, 2019). As políticas linguísticas internas são frutos da ação coletiva entre a pesquisadora e os Rikbaktsa do grupo de estudos da língua.

O povo Paiter-Suruí habita a Terra Indígena Sete de Setembro, localizada na divisa entre os estados de Mato Grosso e Rondônia, a qual compreende 26 aldeias distribuídas ao longo do território que se estende do sul do município de Cacoal (RO) ao norte de Rondolândia (MT) (ISA, 2021). Conforme Eler (2023), esses indígenas autodenominam-se Paiter e têm como língua materna a língua Paiter-Suruí, pertencente ao tronco Tupi e à família linguística Mondé. Essa família é composta por um conjunto de línguas faladas majoritariamente na região amazônica, caracterizadas por traços fonológicos e morfossintáticos específicos, como sistemas consonantais reduzidos e forte presença de processos morfológicos aglutinantes. A língua Paiter-Suruí apresenta ainda particularidades estruturais que a distinguem de outras línguas do mesmo tronco, preservando elementos lexicais e gramaticais associados à organização social, aos saberes tradicionais e às práticas culturais do povo, constituindo-se, portanto, como um importante marcador identitário e histórico desse grupo indígena.

Já os Chiquitano se constituem como um povo transfronteiriço, presente tanto no leste boliviano quanto no oeste de Mato Grosso, sobretudo, nos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade, Cáceres e Porto Esperidião. No Brasil, estimativas oficiais, como aquelas registradas pela Funasa/SIASI e sistematizadas pelo Instituto Socioambiental, apontam para uma população reduzida e dispersa, distribuída entre áreas urbanas e comunidades rurais (Instituto Socioambiental, 2025).

Na Bolívia, os Chiquitano compõem um grupo numericamente muito mais expressivo, com dezenas de milhares de indivíduos, conforme estudos etnográficos que analisam sua territorialidade ampla e historicamente contínua (Silva, 2012). Na faixa de fronteira, mantêm práticas transnacionais que incluem redes de parentesco, circulação envolvendo o português, o espanhol e o *Bésiro*.

Tais modos de vida coexistem com desafios contemporâneos relacionados à pressão fundiária, ao reconhecimento territorial e às dinâmicas de mobilidade e identidade próprias da região fronteiriça (Silva, 2012; Instituto Socioambiental, 2025).

No âmbito da saúde indígena, o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI), implantado a partir de 1999, no contexto do SasiSUS, oferece uma base estruturada para coleta, sistematização e análise de dados demográficos e epidemiológicos dessas populações, apesar de limitações relacionadas à interface com outros sistemas de informação em saúde. O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), por sua vez, é oficialmente reconhecido pelo governo e opera por meio de 34 Distritos Especiais de Saúde Indígena (DSEI),

para garantir atenção integral considerando as especificidades socioculturais dos povos indígenas.

Este artigo está organizado em três partes: a primeira, discorre sobre as especificidades da língua *Bésiro* (Chiquitano), falada por comunidades *Monkoxi* localizada na fronteira do Brasil com a Bolívia; a segunda trata do questionário sociolinguístico realizado com os Rikbaktsa, na TI Erikpaktsa e a terceira e última parte traz os dados gerais e específicos da língua de Sinais Paiter-Suruí, em Rondônia.

O público-alvo

Ao pensar em público-alvo, no caso dos Rikbaktsa, os pesquisadores indígenas e não indígenas Athila, Nábita, Tsaputai e Silva, (2010, p. 3), trazem dados relevantes sobre aspectos pertinentes ao povo, que podem ser assim descritos:

Os rikbaktsa (rikbak ‘gente’ + tsa ‘não feminino.plural’) vivem em 35 aldeias, distribuídas às margens dos rios Juruena, Sangue e Arinos, no noroeste do estado do Mato Grosso. Além do nome rikbaktsa, esta etnia é também conhecida pelos nomes Orelhas de pau e Canoeiros, sabendo que este último é empregado, sobretudo, pelos não indígenas que vivem perto das áreas indígenas rikbaktsa. A sociedade rikbaktsa é dividida em duas metades exogâmicas (Hahn 1976) e patrilineares, a saber: makwarak ‘arara amarela’ (*Ara ararauna*) e harobiktsa ‘arara cabeçuda’ (*Ara chloroptera*). Estas duas metades são, por sua vez, constituídas de vários sub-cãs, designados pelo nome do clã principal (Athila, 2006). Os rikbaktsa têm como fonte principal de alimentação a caça e a pesca. A economia rikbaktsa é baseada na coleta e venda de castanha do Brasil, além da venda de artesanato e da exploração da borracha, atividade está retomada em 2007.

Atualmente, o povo Rikbaktsa vive em 42 aldeias, (Bismy, 2025) segundo seus próprios dados, com base na contagem interna dos membros das famílias de cada aldeia, somadas às famílias que hoje estão desaldeadas e moram nas sedes dos três municípios mato-grossenses, sua população chega a mais de duas mil pessoas. A maioria tem a língua portuguesa como primeira língua, principalmente, entre as crianças, adolescentes e jovens (Lobato, 2020).

A língua Chiquitano, também denominada *Bésiro*, apresenta um quadro de vitalidade assimétrico entre Bolívia e Brasil, refletindo processos históricos de missionização, deslocamento territorial e pressões sociopolíticas que impactaram a transmissão intergeracional do idioma.

Conforme o Instituto Socioambiental-ISA, o *Bésiro* mantém maior número de falantes

e usos comunitários mais estáveis na Bolívia, ao passo que, no Brasil, encontra-se em situação de vulnerabilidade acentuada, restrito a pequenas comunidades no estado de Mato Grosso e submetido ao avanço do português regional, o que intensifica o processo de substituição linguística (Instituto Socioambiental, 2012).

A constituição histórica do povo Chiquitano, a partir de um “amálgama” de diferentes grupos reunidos nas *reducciones*¹ jesuíticas, produziu variações dialetais² internas e um complexo cenário identitário que ainda estrutura os usos linguísticos contemporâneos (Instituto Socioambiental, 2012). Somam-se a esse quadro a escassez de documentação, a ausência de políticas públicas específicas e a fragilidade das práticas de ensino comunitário, fatores que reforçam o risco de perda linguística no contexto brasileiro e evidenciam a urgência de iniciativas de revitalização, registro e fortalecimento cultural.

Fundamentação teórica

O desenvolvimento da pesquisa, referente às políticas linguísticas e ao planejamento linguístico buscou embasamento em referenciais teóricos fundamentais, especialmente, em Calvet (2007), Haugen (1983), Fishman (1991), Spolsky (2004), Hamel (2013), Rivas (2015), Maher (2019), D’Angelis (2019), Severo (2019), Silva (2025), entre outros, cujas contribuições orientam tanto a perspectiva histórica quanto a perspectiva decolonial para as pesquisas de política linguística e planejamento linguístico envolvendo as línguas indígenas. Neste sentido, consideramos que:

Política Linguística é principalmente uma construção social. Pode ser constituída por vários elementos de natureza explícita – jurídica, judiciária, administrativa, constitucional e / ou linguagem jurídica, podem existir em algumas jurisdições, mas se ou não um sistema de governo tem como texto explícito, a política como uma construção cultural depende essencialmente de outros elementos conceituais - sistemas de crenças, atitudes, mitos - todo o complexo que estamos nos referindo

¹ Historicamente o termo possui um significado específico na América Latina colonial: as *reducciones* eram aldeias ou assentamentos criados por missionários, principalmente jesuítas, com o objetivo de congregar populações indígenas, organizar seu trabalho e facilitar a catequese cristã, como ocorreu nas reduções do Paraguai e do Chaco (GONZÁLEZ, 2002). Dessa forma, “*reducciones*” é um conceito multifacetado que abrange tanto dimensões linguísticas e cognitivas quanto socioculturais e históricas.

² As autoras não tratam esse fenômeno como variações dialetais e sim como variações linguísticas. As variações linguísticas são as diferenças que uma língua apresenta mediante fatores como a região e as condições culturais ou sociais onde ela é usada (Fernandes, 2014).

como a cultura linguística, que é a totalidade soma de ideias, valores, crenças, atitudes, preconceitos, restrições religiosas, e todas as outras "bagagens" culturais que os falantes trazem para suas relações com a língua (Schiffman, [1996], 2006, p. 276).

Ao considerar essa construção social, constituída por vários elementos de natureza explícita, abordados por Schiffman ([1996], 2006, p. 276), verificamos que há convergência com o pensamento de Spolsky, (2016, p. 34) que traz a noção de domínio como os espaços e lugares sociais, onde as práticas linguísticas são realizadas pelos falantes, percebidos assim pelo autor:

[...] um domínio é normalmente nomeado com vistas a um espaço social, como o lar ou a família, escola, vizinhança, igreja (ou sinagoga ou mesquita ou outra instituição religiosa), local de trabalho, imprensa ou governo. Ao construir uma teoria de políticas linguísticas, argumentarei que cada um desses domínios tem suas próprias políticas, com alguns aspectos controlados internamente e outros sob influência ou controle de forças externas (Spolsky, 2016, p. 34).

A Constituição Federal de 1988 motivou políticas linguísticas internas e externas sob domínios sociais que impactaram de forma decisiva os territórios indígenas, ao ter como protagonistas o Movimento Indígena e as escolas construídas nos mais variados domínios indígenas. Essas escolas foram cenários fomentadores dessas políticas, estimuladas por direcionamentos, tais como: a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), (Brasil, 1996), que ratifica o que diz a Constituição sobre a educação indígena em seu artigo 78, (Brasil, 1988), ao afirmar que:

O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências.

Nesta direção, Silva (2025), traz um panorama dos estudos relacionados à política linguística e ao planejamento linguístico, sob o direcionamento de três ondas, após a redemocratização do país, em 1985, categorizados a seguir para uma visão mais objetiva, retratada no quadro 1.

Quadro 1: As três ondas das políticas linguísticas para as línguas indígenas

Ondas	Períodos	Focos	Ações/Marcos
1ª Onda	Anos 1990	Políticas linguísticas de aquisição	Criação de escolas indígenas, carreira de magistério superior indígena.
2ª Onda	Anos 2000	Políticas indígenas de <i>status</i>	Cooficialização de línguas indígenas em nível municipal e pela institucionalização do Inventário Nacional da Diversidade Linguística do IPHAN.
3ª Onda	Anos 2010	Políticas linguísticas de <i>corpus</i>	Intensificação da documentação de línguas e a criação de cursos de Licenciatura Intercultural Indígena em universidades pelo país.

Fonte: Silva, (2025)

Esse novo cenário, retratado no Quadro 1 das políticas linguísticas e do planejamento linguístico, é fruto do protagonismo dos movimentos indígenas que vêm provocando mudanças nas políticas de língua tanto externas como internas, a partir do coletivo das bases que se unem para redesenhar um novo modelo, sob a perspectiva decolonial, impulsionados pelo lema “Nada para nós, sem nós” (UNESCO, 2020), consolidado pela Década Internacional das Línguas Indígenas (2022 - 2032).

As pesquisas sobre surdez em comunidades indígenas no Brasil têm avançado de maneira significativa nas últimas décadas, resultando em um número crescente de estudos concluídos e em andamento.

As discussões teóricas deste trabalho fundamentam-se, especialmente, nos estudos de Eler (2017, 2020, 2023), Gregianini (2017), Costa (2017) e Carvalho (2023), que analisaram a experiência de surdos Paiter Suruí, no município de Cacoal, Rondônia.

Essas pesquisadoras registraram e descreveram os sinais utilizados por surdos Paiter-Suruí, contribuindo para a documentação e compreensão da Língua de Sinais Paiter- Suruí (LSPS).

No âmbito dessas pesquisas, destaca-se a continuidade do trabalho de Eler (2023) ao nível de doutorado, cujo objetivo foi comparar sinais da Língua de Sinais Americana (ASL), da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da LSPS. De modo complementar, a pesquisa de Carvalho (2023) buscou analisar a presença dos parâmetros da Libras nos sinais utilizados pelos Paiter-Suruí, no contexto de seu estudo de mestrado.

Também destacamos o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Ibobinha Suruí (2023), que analisa a comunicação entre seu filho, Arthur Suruí, que é indígena surdo, e os membros de sua aldeia. Este é um exemplo raro e significativo da preservação e desenvolvimento da Língua de Sinais Paiter-Suruí, dentro do ambiente indígena, sem interferência da Libras.

A pesquisa de Moura (2025), buscou investigar e produzir a “Língua Indígena Paiter Suruí de Sinais (LIPSS): Cartografia Social Visual”, visando apresentar a experiência da realidade do indígena surdo na Amazônia, “não como apropriação de um território”, mas, no seu sentido de dimensionar a pluralidade linguística e cultural, sob uma perspectiva etnográfica.

Resultados e discussões

Os dados que trazemos abaixo são resultados do questionário aplicado na Terra Indígena (TI) Erikpaktsa, do povo Rikbaktsa, que possui uma população de 1.343 indígenas distribuídos em 24 aldeias. A aplicação do questionário foi realizada por amostra em cinco dessas aldeias, onde os dados foram coletados por meio de entrevistas com os caciques de cada aldeia, no período de 16 de outubro/2025 a 16 de novembro/2025.

Quadro 2: Dados da distribuição de cinco aldeias da TI Erikpaktsa

Aldeias TI Erikpaktsa	Nº de Famílias	População	Nº de Anciões e anciãs 60 – 90 anos	Nº de Homens de 11 – 59 anos	Nº de Mulheres 11 – 59 anos	Nº de Crianças de 0 – 10 anos
Beira Rio	22	101	3	49	21	28
Curva	37	119	8	36	45	31
Escolinha	21	57	4	20	19	14
Primavera	72	277	16	95	106	76
Segunda	28	103	8	40	29	26

Fonte: Diagnóstico Sociolinguístico da TI Erikpaktsa, 2025.

Os dados do quadro 2 permitem diagnosticar o número da população, a quantidade distribuída nas aldeias por gênero e faixa etária. Por meio das informações, foi possível coletar o número de anciões e anciãs, de homens, de mulheres e de crianças sob a etno perspectiva do Rikbaktsa no que se refere a idade da infância. A concepção não indígena de infância e de início

da idade adulta diferem das concepções indígenas, retratadas na obra de Tassinari (2014, p. 22) ao afirmar:

[...] nas concepções indígenas sobre a infância: 1) o reconhecimento da autonomia da criança e de sua capacidade de decisão; 2) o reconhecimento de suas diferentes habilidades frente aos adultos; 3) a educação como produção de corpos saudáveis, 4) o papel da criança como mediadora de diversas entidades cósmicas; 5) o papel da criança como mediadora dos diversos grupos sociais. Ao tratar desses aspectos, abordei algumas questões que vêm sendo exploradas na etnologia sobre a sociabilidade e o pensamento das populações das Terras Baixas da América do Sul, destacando concepções relativas à educação e à responsabilidade dos adultos nos cuidados com as crianças.

Na Cosmovisão do povo Rikbaktsa, vista em Lobato, (2020), a idade adulta começa aos 10 anos, quando essa criança (*maku sky*) começa a participar dos ensinos no *mykyry* (casa dos homens) como aprendiz e, paulatinamente, vai ganhando responsabilidades para se tornar um homem completo (*Rikbaktsa babata*) e em Tassinari, (2014), em relação aos povos indígenas por ela pesquisados. Tomou-se, portanto, a concepção de início da idade adulta que inicia entre os Rikbaktsa, a partir de 10 anos, para contagem nos grupos de homens e de mulheres e de crianças até 9 anos. Estes apontados pela concepção Rikbaktsa de infância.

O Diagnóstico Sociolinguístico permitiu verificar o número de falantes fluentes da língua Rikbaktsa, a situação sociolinguística do povo, características de bilinguismo, detectar a ameaça de perda, devido ao fato das crianças serem monolíngues em Português e não em Rikbaktsa, conforme podem ser percebidos a partir do quadro 3.

Quadro 3: Diagnóstico da Situação Sociolinguística de 5 aldeias da TI Erikpaktsa

Falantes fluentes na língua Rikbaktsa – bilíngues Faixa etária: 50 - 90 anos	Não falam a língua Rikbaktsa, mas compreendem - adultos 39 - 49 anos	Falantes na língua portuguesa 1 - 38 anos
31	34	283
Total da população investigada:		358 Rikbaktsa

Fonte: Diagnóstico Sociolinguístico da TI Erikpaktsa, 2025.

O Quadro 3, por meio do Diagnóstico sociolinguístico, aponta que a língua Rikbaktsa se encontra em forte ameaça de perda, não iremos afirmar extinção, porque acreditamos que enquanto existam Rikbaktsa, a língua poderá ser retomada, fortalecida e adquirida pelas novas gerações, em constante interação com os falantes fluentes, ainda que estes representem um número pequeno dentro da população.

O planejamento linguístico e as políticas linguísticas (Silva, 2025) internas e externas produzidas pelo coletivo dos povos indígenas, em que as línguas estejam ameaçadas

poderão promover a revitalização da língua indígena, a partir de ações eficientes que resultem na prática do uso diário, em todos os espaços sociais/naturais do povo, mediado por encontros intergeracionais (Nascimento *et al*, 2017), em situações de comunicação com as crianças e com os não falantes, assim como a produção de escritas (D'Angelis, 2019). Por isso, é necessário e urgente a descrição das línguas indígenas, para a produção de material didático e o estímulo para que os coletivos das comunidades produzam em suas bases, as políticas internas e as coloquem de forma veemente em prática constante, considerando que:

O PL [Planejamento Linguístico] refere-se à atividade organizada (privada ou oficial) que busca resolver problemas linguísticos existentes no interior de uma determinada sociedade, geralmente em nível nacional. Por meio do PL, procura-se gerir, transformar ou preservar a norma linguística ou o status social de uma determinada língua (escrita/falada) ou variedade linguística. Em geral, o PL é conduzido em conformidade com um programa oficial ou um conjunto definido de critérios e a partir de um objetivo deliberado, por comitês ou grupos oficialmente constituídos, organizações de caráter privado ou linguistas prescritivistas a serviço de autoridades governamentais. Seu objetivo é estabelecer normas (primeiramente escritas), as quais são ratificadas por seu elevado status social; sucedem-se a elas normas de fala associadas a esses padrões (Jahr, 1992, p. 12-13).

O pensamento Rikbaktsa dialoga com Jahr (1992) e se alinha com obra de Stephen May, (2012) e Calvet, (2007) sobre a política linguística que destaca a importância de desenvolver políticas de língua que sejam adaptadas às necessidades e contextos específicos das comunidades indígenas, mas essa organização passa por um Planejamento Linguístico, com base nas práticas de uso da língua dos falantes, elaborado pelo coletivo indígena. O planejamento linguístico se estabelece como programa oficial ou um conjunto definido de critérios e a partir de um objetivo deliberado pelos próprios indígenas que visam a preservação, fortalecimento e aquisição da língua indígena.

O diagnóstico sociolinguístico serviu de base para a adoção de políticas linguísticas internas pelo coletivo do grupo de estudos, as quais serão apresentadas no Quadro 4, que traz os resultados concernentes às medidas internas que reverberam em políticas linguísticas a partir do coletivo composto por várias faixas etárias, que se unem em busca da revitalização da língua. Surge então, políticas linguísticas internas, as quais podem ser vistas a seguir:

Quadro 4 - Políticas Linguísticas do Povo Rikbaktsa

Políticas linguísticas	Envolvidos: comunidade de fala	Ambiente de uso da língua
Encontros Intergeracionais cotidianos	Anciãs, mães grávidas, puérperas, crianças e outras	Nas aldeias realizando atividades cotidianas no contexto social/natural.
Aprendizagem de histórias; cantos; mitos; ritos; procedimentos de remédios; confecção de artesanatos; na organização social e no modo próprio de ser Rikbaktsa.	Anciões, anciãs, pais, mães crianças, adolescentes e jovens interessados na aquisição da língua e da cultura Rikbaktsa.	Nos <i>Mykyry</i> casa de aprendizagem dos homens, nas casas de saberes indígenas e nos barracões da comunidade.
Difusão de vídeos dos anciões e anciãs nos grupos de WhatsApp cantando os saberes originais e fazeres tradicionais que compõem a letra dos cantos.	Anciões, anciãs, homens e mulheres que sabem cantar na língua Rikbaktsa.	Audição nas casas, nas escolas e nos mais variados ambientes com internet ou on-line.
Produção de Etnodicionário e de Etnogramática e materiais didáticos pedagógicos para serem utilizados pela escola.	Grupo de Estudo da Língua Rikbaktsa	Aldeia Beira Rio, Primavera e Aldeia Escolinha, na Terra Indígena Erikpaktsa.
Envio de professores Rikbaktsa formados em Língua, Artes e Literatura e Pedagogia para o Mestrado em Linguística.	Comunidade Rikbaktsa e professores	PPGL/UNEMAT
Encontros e oficinas para fortalecimento da língua Rikbaktsa	Grupo de Estudo da Língua Rikbaktsa	Nas aldeias Barranco Vermelho, Pé de Mutum e Curva.
Produção de Materiais didáticos	Professores e Universidades: UNEMAT; UFMT e linguistas de outras Universidades	Nas escolas das Aldeias das áreas Erikpaktsa e Japuíra.
Divulgação dos estudos na língua Rikbaktsa nos mais variados grupos das aldeias em PDF e impressos com atividades, entregues às famílias para a prática de leitura e escrita.	Grupo de Estudo da Língua Rikbaktsa	Nos grupos de <i>WhatsApp</i> das aldeias, na Biblio-Óca e nas famílias.

Fonte: Grupo de Estudo da Língua Rikbaktsa, Aldeia Beira Rio, TI Erikpaktsa, 2025.

O grande desafio é implantar, com base no Quadro 4, um centro de saberes indígena para a Educação Infantil, em que todos os funcionários, que atendessem as crianças de 0 a 5 anos, falassem na língua materna. A alfabetização em Rikbaktsa seria iniciada nesse período, para que, ao chegar aos seis anos, essas crianças já tenham consolidada a aquisição da língua, estimulada pelo centro e pelas famílias que hoje em sua maioria só falam português. Esta ação faz parte do planejamento linguístico, mas ainda não saiu do papel, nem do campo das ideias.

Severo (2013, p. 454), com base nos estudos de Haugen (1966), apresenta desdobramentos do planejamento linguístico feitos por outros estudiosos, classificando-os em níveis que contribuíram para a compreensão do formato que envolve o desenvolvimento do planejamento linguístico de uma língua.

Esses níveis foram posteriormente desdobrados por outros estudiosos em: práticas de planejamento de corpus (codificação, elaboração de alfabetos, gramatização, sistematização do léxico, manuais literários, entre outros), planejamento do status (designações e usos da língua pautadas por leis e decretos), planejamento das formas de aquisição (políticas de ensino e aprendizagem das línguas), planejamento de usos (políticas de divulgação e uso das línguas) e planejamento de prestígio (avaliação dos usos linguísticos). Os dois primeiros planejamentos foram tratados por Kloss (1967), o terceiro foi adicionado por Cooper (1989) e o último foi proposto por Baker (2003) (Manley, 2008; Bianco, 2004; Cooper, 1989).

Nessa direção, a pesquisa também identificou dentro do planejamento linguístico ou ausência dele, as iniciativas de políticas linguísticas internas e externas que os povos pesquisados desenvolveram e foram impactados por estas, sendo afetados pelas três ondas das políticas linguísticas para indígenas, que de certa forma teve reflexo direto na busca por revitalização das línguas estudadas, conforme demonstra o Quadro 5.

Quadro 5: Políticas Linguísticas adotadas pelos povos pesquisados

Povo Indígena	Onda	Períodos	Políticas Linguísticas Externas	Políticas Linguísticas Internas
Chiquitano	1ª Onda	Anos 1990	A partir dos anos 1990, iniciam-se ações sistemáticas de documentação e revitalização da língua Chiquitano no Brasil e na Bolívia, impulsionadas pelo fortalecimento das políticas interculturais após a Constituição de 1988 e pela Reforma Educativa boliviana de 1994.	Surgem programas de alfabetização bilíngue, formação de professores indígenas e produção de materiais didáticos. Em ambos os lados da fronteira, a língua passa a integrar projetos comunitários e currículos escolares, ainda que com diferentes níveis de vitalidade e implementação.
	2ª Onda		Alguns desses professores frequentam o chamado “Terceiro Grau Indígena”, uma iniciativa do Governo do Estado de Mato Grosso, através de sua Universidade Estadual (UNEMAT) e com parceria da FUNAI.	Comparação da língua Chiquitano com o Proto Jê, foram utilizados os exemplos da lista de vocábulos da Dissertação de Mestrado de Santana (2005), atualizada e revisada em maio de 2006 e a lista do Proto-Jê reconstruída por Davis (1966).
	3ª Onda	Anos 2000	A UNEMAT abre vagas para a Licenciatura Intercultural Indígena.	A partir do segundo semestre de 2001, a Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT passou a atender 120 acadêmicos, sendo 60 do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural e 60 das Licenciaturas

				Intercultural, entre estes também estavam os Chiquitano.
Paiter Suruí	1ª Onda	Anos 1990	Projeto Açaí de Formação para Professores Indígenas, o primeiro curso de formação indígena, foi realizado de 1997 a 2004. Formação Magistério Indígena, pela SEDUC	Para ter acesso ao curso de formação, os candidatos passam por um processo de seleção na própria aldeia. Um dos critérios é que tenham o Ensino Fundamental.
	2ª Onda	Anos 2000	A segunda edição do Projeto Açaí durou de 2009 a 2013.	Para ter acesso ao curso de formação, os candidatos passam por um processo de seleção na própria aldeia. Um dos critérios é que tenham o Ensino Fundamental.
	3ª Onda	Anos 2010	Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, <i>campus</i> de Ji-Paraná inicia em 2011 a primeira turma do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural.	Para ter acesso ao curso de formação, os candidatos passam por um processo de seleção na própria aldeia. Um dos critérios é que tenham concluído o Ensino Médio ou participado do projeto Açaí.
Rikbaktsa	1ª Onda	Anos 1990	A Funai mobiliza os Rikbaktsa e estes iniciam a formação em magistério por meio do Prodeagro e Pro-formação. A Seduc/MT começa a construção de escolas nos territórios indígenas	O coletivo das comunidades Rikbaktsa se reúnem e escolhem as pessoas que iriam estudar para formar as crianças Rikbaktsa, mas estes teriam que ensinar a língua materna. Reuniões para a implantação da 1ª Escola Estadual na TI Erikpaktsa.
	2ª Onda	Anos 2000	As línguas indígenas brasileiras entram oficialmente para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística do IPHAN. Em 2004, o <i>Campus</i> de Barra do Bugres recebeu autorização para ofertar mais 100 (cem) novas vagas para a comunidade indígena, através do Projeto 3º Grau Indígena, o vestibular realizou-se em outubro de 2004.	Os Rikbaktsa intensificam os estudos na língua materna e produzem cartilhas para serem usadas na escola com a linguista da SIL. Inicia-se o planejamento de corpus da língua Rikbaktsa (codificação, elaboração de alfabeto, gramatização, sistematização do léxico. As três TIs Rikbaktsa em parceria com a Funai se mobilizam e encaminham dez professores Rikbaktsa para o 3º Grau Indígena.

3ª Onda	Anos 2010	<p>A UNEMAT abre vagas para a Licenciatura Intercultural Indígena.</p> <p>O coletivo Rikbaktsa se mobiliza e encaminha mais professores para cursar a licenciatura em várias áreas do conhecimento, inclusive em Língua, Artes e Literatura.</p>
---------	-----------	--

Fonte: Organização das Autoras, 2025.

O Quadro 5 ilustra os resultados das três ondas, impactando os territórios indígenas, pelas políticas linguísticas, impulsionadas pelos movimentos indígenas. A formação de professores indígenas, no estado de Rondônia, foi inicialmente estruturada por meio do Projeto Açaí, um programa de formação de professores indígenas.

A primeira edição iniciou-se em 1997 e estendeu-se até 2004, período em que foram qualificados 119 docentes indígenas. Entre 1998 e 2004, o programa foi desenvolvido em onze etapas, incluindo uma fase conduzida diretamente nas comunidades, denominada “Açaí nas Aldeias”, que resultou na habilitação de aproximadamente 120 professores para o Magistério Indígena, voltado ao atendimento de turmas da 1^a à 4^a série do Ensino Fundamental.

A segunda edição do Projeto Açaí ocorreu entre 2009 e 2013, promovendo a formação de 136 novos professores indígenas. A terceira edição começou em janeiro de 2015 e foi concluída em 2019, formando cerca de 86 professores. Essa etapa contemplou uma formação abrangente, capacitando os docentes para lecionar do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com base nos conteúdos previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Além disso, o currículo incluiu componentes específicos voltados à pedagogia indígena, tais como línguas maternas, identidade étnica e cultura indígena, reforçando o caráter intercultural da proposta formativa. (SEDUC, 2017).

O Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), iniciou sua primeira turma em 2009, formando 36 professores em 2015. O curso permanece em funcionamento e conta atualmente com aproximadamente 400 discentes. (Deinter/UNIR, 2025)

A estrutura curricular contempla quatro habilitações: Educação Escolar Intercultural no Ensino Fundamental e Gestão Escolar; Ciências da Linguagem Intercultural; Ciências da Natureza e da Matemática Intercultural; Ciências da Sociedade Intercultural. Todas essas iniciativas de formação fortalecem a interculturalidade e o empoderamento dos povos indígenas.

A língua *Bésiro*, do povo Chiquitano apresenta uma situação sociolinguística desigual entre os dois países: na Bolívia, a língua mantém maior vitalidade e uso comunitário; no Brasil, encontra-se bastante vulnerável, restrita a poucas comunidades e fortemente pressionada pelo português.

A transmissão intergeracional é frágil, e fatores históricos mencionados ao longo do texto como as *reducciones* jesuíticas e as políticas de nacionalização que contribuíram para a erosão linguística e para a perda de falantes do lado brasileiro.

Ações realizadas pelos Chiquitano em prol da língua *Bésiro* têm desenvolvido diversas atividades para revitalização linguística. Entre elas, destacam-se a manutenção do uso da língua em contextos domésticos e rituais, o fortalecimento identitário e a retomada de práticas culturais associadas à língua.

Há, também, esforços de transmissão através das escolas do lado boliviano, e em poucas escolas no Brasil, ainda que limitados, além de projetos de documentação e revitalização realizados em parceria com universidades e organizações. Soma-se a isso a produção recente de materiais linguísticos e iniciativas comunitárias de ensino que buscam recuperar e fortalecer o uso da língua no Brasil.

Considerações finais

A princípio queremos destacar que o conjunto de informações adquiridas com esse estudo, abrange uma imensidão de especificidades dos três povos pesquisados que fomentam o campo da pesquisa por muito tempo. Um único elemento subsidia um grande estudo, seja ele de todas e quaisquer naturezas.

As políticas externas e internas, não são estanques, mas só serão efetivadas e produzirão resultados concretos se forem frutos da ação coletiva indígena. O planejamento linguístico tem que nascer na mente, no coração e na alma/espírito do indígena e singularmente envolver todo o povo, para que se torne uma política interna, produzida por eles e para eles, com vistas nas políticas externas.

Nós, os não indígenas, só seremos colaboradores, aliados, fomentadores, estudiosos e pesquisadores das políticas linguísticas e do planejamento linguístico, mas os idealizadores,

produtores e executores devem ser os indígenas, partindo do seu coletivo interno e reverberando em outros ambientes, para dar sustentação e consolidação no que foi planejado, assumindo assim, a natureza de políticas linguísticas.

A participação da comunidade indígena é relevante e essencial na sequência contínua de fatos ou operações para a mitigação de perda da língua indígena, outrossim, é imprescindível destacar a importância de envolver o coletivo indígena neste processo de planejamento e implantação e/ou implementação das políticas linguísticas, sendo os indígenas os protagonistas dessa ação contínua de revitalização.

Em síntese, observa-se que as iniciativas de formação docente voltadas aos povos indígenas do estado de Rondônia, quanto por meio das diferentes edições do Projeto Açaí quanto pelo Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da UNIR, constituem ações fundamentais para a consolidação de uma educação intercultural, bilíngue e socialmente referenciada.

Os resultados alcançados expressos no elevado número de professores formados, na ampliação das habilitações ofertadas e na incorporação de conteúdos específicos relacionados às línguas, identidades e práticas culturais indígenas evidenciam avanços significativos na construção de processos educativos mais sensíveis às realidades socioculturais dos povos originários.

Esses esforços reafirmam a importância de políticas continuadas de valorização e fortalecimento da educação escolar indígena, assegurando a formação de profissionais capazes de atuar de forma crítica, contextualizada e comprometida com a autonomia e os projetos de vida de suas comunidades.

Nas regiões fronteiriças habitadas por povos indígenas, como entre Brasil e Bolívia, as políticas linguísticas assumem um papel central na afirmação da autodeterminação cultural. A fronteira não é apenas um limite geográfico, mas se constitui como um espaço de contato sociocultural intenso, onde línguas indígenas convivem com o português, o espanhol e outras línguas em processos de variação e hibridização.

Nessa conjuntura, o planejamento linguístico estatal deve ir além de ações pontuais de ensino: requer a construção de estruturas institucionais que reconheçam a centralidade das comunidades indígenas na tomada de decisões, valorizando a transmissão intergeracional das línguas e garantindo seu uso nas esferas políticas, educativas e comunitárias.

Além disso, políticas linguísticas nas fronteiras devem dialogar com as assimetrias de

poder historicamente presentes. A Bolívia, por exemplo, tem mais de 30 línguas indígenas reconhecidas oficialmente, o que permite a formulação de políticas plurilíngues mais robustas.

No Brasil, a trajetória pós-1988 revela ondas de políticas linguísticas indígenas caracterizadas por resistência, retomada cultural e institucionalização de direitos linguísticos. Portanto, um planejamento linguístico eficaz para povos indígenas fronteiriços deve combinar iniciativas de revitalização, cooficialização, formação de professores e produção de materiais pedagógicos, sempre assegurando participação comunitária e respeito à diversidade identitária. Esse tipo de política fortalece não apenas as línguas, como também, a soberania cultural indígena, transformando a fronteira em um território de resistência e reconstrução.

Referências

ATHILA, A.; NÁBITA, E.; TSAPUTAI, J.; SILVA, L. de J. **Diagnóstico sociolinguístico do povo Rikbaktsa:** Levantamento realizado no quadro do projeto de documentação da língua Rikbaktsa – Museu do Índio/UNESCO. Rio de Janeiro: PRODOCCLIN, 2010. Disponível em <http://prodoclin.museudoindio.gov.br/index.php/etnias/rikbaktsa/povo>. Acesso em 11 de novembro de 2025.

BISMY, G. A tradição oral e a memória como meios de preservação do ritual da festa da seca Rikbaktsa. **Revista Igarapé**, Porto Velho (RO), v.18, n. 1, p. 172 - 180, 2025. Publicação periódica do Grupo de Estudos LECCA vinculada ao Mestrado em Estudos Literários da Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/igarape/index> Acesso em: 19 de nov. de 2025.

BLANCO, M. A travessia dos Canoeiros. **Brasil Indígena**, Brasília: FUNAI, v. 3, n. 1, p. 8-13, mar./abr., 2006. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/REVISTAS/brasilindigena/MFN-41389.PDF> Acesso em 11 de novembro de 2025.

BOSWOOD, J. Evidências para a inclusão do Aripaktsá no filo Macro-Jê. BRIDGEMAN, L. I. (Ed.). **Série Lingüística**, no. 1. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1973. p. 67–78.

BRASIL. **Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena**. Polo Base de Juína. CASAI - Casa de Saúde Indígena. População do Povo Rikbaktsa. Juína/MT, 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [L9394](#)). Acesso em: 20 de nov. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: [Constituição](#). Acesso em: 20 de nov. 2025.

CALVET, L. J. **As políticas linguísticas.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CARVALHO, J.I. R. F. **Constituição dos sinais Paiter Suruí x parâmetros das línguas de sinais.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso:2023.

COSTA, M. G. L. **Mapeamento dos sinais da comunidade surda do povo Paiter Suruí no contexto familiar.** Dissertação do Mestrado em Letras da Universidade Federal de Rondônia - Porto Velho/RO: 2017.

D' ANGELIS, W. R. **Revitalização de línguas indígenas:** o que é? Como fazemos /Organizador: Wilmar da Rocha D'Angelis. – Campinas, SP: Curt Nimuendajú: KAMURI, 2019.

ELER, R. R. S. **Estudo comparativo entre sinais da Libras, ASL e da Língua de Sinais dos indígenas surdos Paiter Suruí.** Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) – Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* (Doutorado) Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2023.

ELER, R. R. S. **Língua de sinais Paiter Suruí:** sinais do ambiente escolar. 1^a ed. Ji-Paraná-RO: Clube dos Autores, ISBN 978.65.00.01316-0, 2020.

ELER, R. R. S. **Mapeamento de sinais da educação escolar indígena dos surdos Paiter Suruí.** Dissertação do Mestrado em Letras da Universidade Federal de Rondônia - Porto Velho/RO: 2017.

GREGIANINI, L. C. B. **Mapeando os sinais Paiter Suruí no contexto da comunidade.** Dissertação do Mestrado em Letras da Universidade Federal de Rondônia - Porto Velho/RO: 2017.

HAMEL, R. E. El campo de las ciencias y la educación superior entre el monopolio del inglés y el plurilingüismo: Elementos para una política del lenguaje en América Latina. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n (52.2): 321-384, jul./dez. 2013.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povo Paiter Suruí.** 2021. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3858#demografia>> Acesso em: 14 nov. 2025.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Sítio eletrônico, 2024. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 20 de nov. 2025.

JANUÁRIO, E.; SELLERI, F.; ÂNGELO, F. N. P.; AWETI, A; SILVA, M. H. Atuação dos professores indígenas egressos de cursos superiores no estado de Mato Grosso. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 16, n. 2, p. 129-143, maio/agosto 2013.

JEAN, W.; ARCELA, A.; VAN ELS, R. H.; BRASIL JUNIOR, A. C. P.; ECHEVERRY, S. M. V.; DE MIRANDA, A. R. S.; DE SOUZA, J. S. A. (2021). A GIS for Rural Electrification

24 Strategies in the Brazilian Amazon. **Papers in Applied Geography**, Vol. 7, nº3, pp 239-255, DOI: 10.1080/23754931.2020.1870539

JAHR, E. H. (1992). Language Planning. In: Bright, W. (Ed.). **International encyclopedia of Linguistics**: v. 4. Oxford: Oxford University Press, pp. 12-14.

LOBATO, E. A. **A Etnomatemática como elo entre a Pedagogia Rikbaktsa e o Espaço Escolar**. 2020. 182f. Dissertação (Mestrado em e Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade do Estado de Mato Grosso –UNEMAT.

MATO GROSSO, UNEMAT. Universidade do Estado de Mato Grosso. **Histórico da Faculdade Indígena Intercultural**. Portal UNEMAT. Disponível em: <https://portal.unemat.br/?pg=site&i=indigena&m=historico>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MAY, S. **Language and Minority Rights**: Ethnicity, Nationalism and the Politics of Language. Routledge, 2012.

MOURA, I. S. S. A. **Língua Indígena Paiter Suruí de Sinais (LIPSS)**: cartografia social visual / Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Doutorado) Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2025.

NASCIMENTO, M. G.; MAIA, M.; WHAN, C. Kanhgág Vĩ Jagfe Ninho de Língua e Cultura Kaingang na Terra Indígena Nonoai (RS) - uma proposta de diálogo intercultural com o povo Māori da Nova Zelândia. **Revista Linguística**, 2017.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva. - 1. ed. - São Paulo: Parábola, 2019.

RIVAS, C. C. Martínez. **Ideologias linguísticas e políticas de línguas indígenas**: estudo comparativo no Brasil e no México a partir de 1988. Dissertação apresentada no programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Niteroi/RJ, 2015.

RODRIGUES, A. D. **Línguas brasileiras**. Para o conhecimento das línguas indígenas. Loyola, São Paulo, 1986.

RONDÔNIA. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDUC). **Rondônia avança nas políticas educacionais para os povos indígenas**, 2017. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/rondonia-avanca-nas-politicas-educacionais-para-os-povos-indigenas/>>. Acesso em: 14 nov. 2025.

SCHIFFMAN, H. F. Language Policy and Linguistic Culture (1996). In: **RICENTO, T. A introduction to language policy: Theory and method**. Blackwel: London, 2006, p. 111-126.

SEVERO, C. G. Política(s) linguística(s) e questões de poder. ALFA: **Revista de Linguística**, São Paulo, v. 57, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/5132>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SILVA, R. B. **Os Chiquitano de Mato Grosso:** estudo das classificações sociais em um grupo indígena da fronteira Brasil-Bolívia. 2007. 226 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, D. B. Políticas linguísticas para línguas indígenas no Brasil: entre resistência(s) e retomada(s) no pós-redemocratização. **Revista de Estudos da Linguagem**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 76–113, 2025. DOI: 10.17851/2237-2083.33.3.29-54. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/relin/article/view/61404>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SILVA, E. R. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. In: **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n (52.2): 289-320, jul./dez. 2013.

SPOLSKY, B. Políticas Linguísticas: uma entrevista com Bernard Spolsky. **ReVEL**, vol. 14, n. 26, 2016. Tradução de Ana Carolina Spinelli e Gabriel de Ávila Othero [www.revel.inf.br]. 05 p.

TASSINARI, A. Concepções indígenas de infância no Brasil. **Tellus**, (13), 11–25. Recuperado de <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/138>. (2014).

UNESCO. **Resolution adopted by the General Assembly** on 18 December 2019, A/RES/74/135. 2020. <https://undocs.org/en/A/RES/74/135>. Acesso em 11 de novembro de 2025.

UNESCO. **Plano de Ação Global da Década Internacional das Línguas Indígenas (IDIL 2022-2032)**. 2020 <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000383844>. Acesso em 11 de novembro de 2025.

UNIR. **Universidade Federal de Rondônia**. Disponível em: [<https://www.unir.br>](https://www.unir.br) Acesso em: dia 14 de novembro de 2025.

Licença de Uso

Licenciado sob Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Porém, não permite adaptar, remixar, transformar ou construir sobre o material, tampouco pode usar o manuscrito para fins comerciais. Sempre que usar informações do manuscrito dever ser atribuído o devido crédito de Autoria e publicação inicial neste periódico.



Recebido em 05 de dezembro de 2025
Aprovado em 11 de dezembro de 2025
Publicado em 11 de dezembro de 2025